

Evento: Debates sobre Inteligência Artificial (d.I.A.)

## **CAPITALISMO DE PLATAFORMA: DESAFIOS E ALTERNATIVAS PARA A GESTÃO PÚBLICA <sup>1</sup>**

### **PLATFORM CAPITALISM: CHALLENGES AND ALTERNATIVES FOR PUBLIC MANAGEMENT**

**Aline Benso<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Unijuí

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Unijuí, Bolsista CAPES

## **INTRODUÇÃO**

Essa grande revolução chamada por muitos como a era da economia de compartilhamento, *gig economy*, quarta revolução industrial, é lançada ao redor do mundo com impactos nas diferentes áreas, como educação, saúde, economia, trabalho, reestruturando o modo como as pessoas se relacionam com a tecnologia. Frente a este cenário é pertinente questionar sobre desafios e alternativas. A busca por alternativas tem demandado esforços e envolvimento de gestores de empresas, de instituições de ensino dos diferentes níveis formativos, de formuladores de políticas públicas, de trabalhadores e trabalhadoras, enfim, de todos os afetados por essas mudanças que foram aceleradas pela crise gerada pelo Covid 19.

Para citar alguns exemplos, no campo educacional, crianças e jovens intensificaram o desenvolvimento de suas atividades escolares via plataformas; no campo da saúde, com o avanço da engenharia e tecnologia biomédica, e até mesmo da telemedicina; no mundo econômico, com a expansão do comércio digital via plataformas que intermediam as relações entre trabalhadores e consumidores; sem falar dos grandes avanços da Inteligência Artificial na Indústria 4.0. São tantas questões a serem levantadas e analisadas, e que merecem um olhar atento e crítico, afinal, essas narrativas que predominam hoje no campo do trabalho, com a perspectiva do empreendedorismo, onde os trabalhadores são libertados das restrições de uma carreira estável, vendendo sua força de trabalho sob demanda a partir de uma rede de dispositivos conectados, merecem ser mais bem avaliadas.

Há um conjunto expressivo de iniciativas que visam promover esse novo modelo de negócios, mas em que medida se considera o quanto automatizado é o discurso de inovação realizado por plataformas hegemônicas, e especialmente o fato de que esses sistemas possuem mecanismos para perpetuarem hierarquias, criando uma nova divisão internacional do trabalho. A Inteligência Artificial contemporânea requer grandes quantidades de dados, mas também hardware e mão de obra qualificada. Quais empresas de fato possuem essa expertise, senão Amazon, Google e Microsoft?

Afinal, há espaço para a criação e expansão de uma diversidade de empresas nos moldes das gigantes tecnológicas concebidas no Vale do Silício? Como governos, organizações da sociedade civil, empresas nacionais, Universidades, trabalhadores e trabalhadoras que vivem em países periféricos podem se inserir nesse universo tecnológico de uma maneira efetiva e autônoma, tendo em vista que as *Gig Tech* desenvolvem mecanismos para o que Ávila (2020) denominou de colonialismo digital?

Para construir uma linha argumentativa que jogue luz a estas provocações, é fundamental



Evento: Debates sobre Inteligência Artificial (d.I.A.)

compreender esse novo modo de acumulação capitalista (SRNICEK, 2017), que tem como centro de tomada de decisões o Vale do Silício, cujo modelo de negócios tende a ser concentrador – por suas próprias características, como veremos a seguir. Destacam-se alguns problemas acarretados por essa nova dinâmica do capital, como os salários instáveis dos trabalhadores de empresas plataformizadas (VAN DOORN, 2020); a força de trabalho oculta em plataformas como Amazon Mechanical Turk, Appen e Clikworker (JONES, 2020); as hierarquias globais que surgiram em novas formas de colonialismo exercidas por meio da propriedade da infraestrutura digital e controle sobre as redes e dados (AVILA, 2020); entre outros.

Dentre as alternativas, entende-se a pertinência da interação desse novo modelo negócios com elementos como a regulação, o Estado e o trabalho (SRNICEK, 2020). Entende-se também que o campo de estudos críticos pode contribuir especialmente à atuação na gestão pública na busca por soberania digital (ÁVILA, 2020), ampliação dos direitos trabalhistas (VAN DOORN, 2020; JONES, 2020); enfim, construção de poder econômico para grupos marginalizados a partir da ideia de uma coalizão de interesses entre trabalhadores, poder público, ativistas e formuladores de políticas públicas.

Palavras-chave: Capitalismo de plataforma; gestão pública; perspectiva crítica; trabalho digital.

Keywords: Platform Capitalism; public management; critical approach; digital labour.

## METODOLOGIA

Do ponto de vista epistemológico, esta pesquisa é crítica, pois pretende fazer o *Detour* (KOSIK, 1963) à aparência fenomênica desse universo das plataformas, big data, manufatura aditivada, robótica avançada, aprendizagem de máquina, internet das coisas, etc. Entende-se que tais conceitos se apresentam à realidade e à experiência humana em sua aparência, mas cabe à ciência contorná-la, indo além da pseudoconcreticidade, que para Kosik é o “(...) “complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural” (KOSIK, 1963, p. 10).

O esforço sistemático e crítico que visa captar a estrutura oculta da coisa, descobrir o modo de ser do existente, chama-se dialética, que se dá através da decomposição do todo. O conceito e a abstração que levam à reprodução da estrutura da coisa, portanto, da compreensão da essência, se dá através da separação entre a aparência fenomênica e a essência, distinguindo aquilo que é secundário daquilo que é essencial. É dessa decomposição que temos o conhecimento.

A destruição da pseudoconcreticidade é o método dialético crítico - o pensamento dissolve as criações *fetichizadas* do mundo reificado e ideal para alcançar a sua realidade. A explicação que resulta desse processo precisa ser colocada no terreno da *praxis* revolucionária.

As referências bibliográficas selecionadas resultam da participação da proponente deste *paper* na maratona Digilabour, promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Vale do Sinos, que reuniu em setembro de 2020, 31 pesquisadores e pesquisadoras que discutiram as múltiplas dimensões do trabalho digital. Dentre as referências bibliográficas pautadas pelos conferencistas do evento, destacaram-se as selecionadas para o presente trabalho, livros e

**Evento:** Debates sobre Inteligência Artificial (d.I.A.)

artigos organizados por pesquisadores ligados a robustos institutos de pesquisa da América Latina, Estados Unidos e Europa.

## **CAPITALISMO DE PLATAFORMA: HÁ ALTERNATIVAS?**

Há estimativas (MULDOON, 2020) de que a *gig economy* seja responsável por 4.5% a 15.5% do *Gross Domestic Product* (GPD) global, e que embora as companhias tecnológicas já tenham sido consideradas o arauto para um novo mundo de compartilhamento, conexão e soluções tecnológicas para resolver questões sociais, a academia tem se tornado mais consciente dos problemas que esse modelo de negócios pode acarretar, uma vez que os proprietários das tecnologias se situam numa poderosa posição estratégica.

O professor e pesquisador de economia política e inteligência artificial, Nick Srnicek, publicou em 2017 o livro *Plataform Capitalism*, o qual caracteriza essa nova fase da economia mundial capitaneada pelas grandes empresas tecnológicas e por meio de um novo modelo de negócios, ou seja, as plataformas, que atuam por meio da exploração econômica de dados.

Para Srnicek (2017), as plataformas possuem quatro grandes características: i) oferecem uma infraestrutura básica para mediação entre os diferentes grupos, atuam, portanto, como organizadoras de mercado; ii) quanto mais numerosos os usuários das plataformas, mais eficiente se tornam para todos que a usam, e isso gera uma tendência à monopolização; iii) oferta de serviços não monetizados, de forma a atrair mais usuários, para posteriormente ofertar outro “braço” da mesma plataforma com um preço superior, compensando o serviço gratuito; iv) definem regras de interação, geração de valor e distribuição de valor dentro do seu ecossistema, sendo hegemônicas em seus sistemas de governança.

A obra de Srnicek (2017) nos possibilita uma compreensão dos limites das plataformas hiperterceirizadas, uma vez que tal modelo de negócios tem seu funcionamento alicerçado na busca pela valorização a qualquer custo. O autor, porém, limita-se a analisar o setor privado, mas alerta sobre a relevância da interação desse novo modelo com elementos como a regulação, o Estado e o trabalho. O que o autor considera que será perene para a dinâmica capitalista são as plataformas industriais na indústria 4.0, e ressalta o papel dos governos na coordenação de consórcios nacionais para o desenvolvimento do setor.

Srnicek (2020) cita as empresas envolvidas no mundo da computação em nuvem, que fornecem infraestrutura ao redor do mundo, e armazenam hoje os dados de empresas, governos, Universidades. Para o autor, o cerne da questão está na organização da Inteligência Artificial Contemporânea, que exige que quase todas as empresas e usuários aluguem o acesso aos serviços de IA em vez de possuí-los. Isso leva a uma concentração imensa de capital nas mãos de algumas empresas em escala planetária, e um relacionamento de dependência de todas as outras empresas que usam IA. No momento pouca atenção está sendo dada às formas de fornecimento de IA, em oposição ao uso de IA, e se isso está realmente mudando a economia, governos, empresas, organizações da sociedade civil e sociedade precisam reagir a essa condição de dependência.

Van Doorn (2020) ligado ao Departamento de Estudos de Mídia da Universidade de Amsterdã, Holanda, aborda a *gig economy* sob a perspectiva do trabalhador, e mostra como os salários instáveis atuam como um novo mecanismo de controle de trabalho, levando os trabalhadores a trabalhar

Evento: Debates sobre Inteligência Artificial (d.I.A.)

quando e por quanto tempo as empresas exigem. O autor baseia-se em evidências empíricas de Berlim e Nova York, em que examina os preços dinâmicos na *gig economy* e os desdobramentos para o trabalhador: insegurança social e desigualdade.

Para Van Doorn (2020), são necessárias iniciativas de organização de trabalho e respostas regulatórias à degradação das condições salariais; conquista de poder de fixação de preços das plataformas digitais. O autor, porém, alerta que as empresas empregam estratégias para contornar regimes regulatórios, inovando e propondo novos esquemas, como no caso das empresas Uber e Lyft em Nova York, que passaram a impor “bloqueios” viruais a trabalhadores, o que impactou negativamente os salários dos motoristas. Para o autor, portanto, as alternativas baseiam-se na criação de mecanismos de legislação local; busca de garantias como direito a um salário mínimo e outros direitos ainda em falta neste setor.

Phil Jones (2020) escreve sobre *clickworkes*, ou seja, trabalhadores que transcrevem áudios, verificam imagens, limpam dados e garantem o bom funcionamento do mundo digital. O autor examina a força de trabalho oculta de plataformas como Amazon Mechanical Turk, Appen e Clikworker, que hospedam tarefas curtas de solicitantes e permitem novas formas de trabalho fragmentado de curto prazo. Nesta configuração, as plataformas atuam como intermediárias entre trabalhadores e solicitantes, e recebe uma pequena parte por cada trabalho que é concluído na plataforma. Ele analisa o crescimento do microtrabalho e descobre que a maior parte dos trabalhadores destas plataformas complementam sua renda de outros empregos de tempo integral. Outra parte dos trabalhadores trabalha em meio período ou é autônoma.

Assim, Jones (2020) destaca a ascensão do microtrabalho como uma resposta ao subemprego, e cria uma nova tipologia de microtrabalho e descreve problemas emergentes de condições inseguras de trabalho, sistema de classificação unilateral, “roubo” de salários. As alternativas, nesta perspectiva, seriam: criação de um novo quadro de direitos universais dos trabalhadores, independentemente do tipo de trabalho ou de contrato de trabalho; estabelecimento de um sistema nacional de seguros e direitos dos trabalhadores reforçados.

Renata Ávila (2020), Diretora Executiva da Fundação Cidadania Inteligente, com sede no Chile e no Brasil, analisa as hierarquias globais que surgiram em novas formas de colonialismo exercidas por meio da propriedade da infraestrutura digital e controle sobre as redes e dados. Ela revela as conexões entre novos impérios tecnológicos e sistemas de vigilância estatal em que empresas atuaram a serviço de agências de inteligência ocidentais e regimes autoritários que procuram silenciar dissidentes.

Ávila mostra como as empresas pretendem conectar o próximo bilhão de pessoas de baixa e média renda por meio da oferta de serviços “gratuitos” com acesso limitado à Internet, enquanto instalam uma infraestrutura digital privada sob controle da companhia. Semelhante ao modelo de acesso para dados que o Google e o Facebook têm usado para apoiar seus negócios baseados em publicidade, empresas implantam estruturas que lhes dão uma posição hegemônica na infraestrutura da internet.

A autora assevera que

*By collecting the personal data of citizens on a scale unprecedented in human history, companies can serve as conduits of misinformation campaigns that can alter the flow of global geopolitics and even change the*

Evento: Debates sobre Inteligência Artificial (d.I.A.)

*outcome of elections (...) This paper identifies these problems and suggests a technical and regulatory path to neutralise and reverse them in order to secure a future of digital autonomy, democracy, sovereignty and dignity” (AVILA, 2020, p. 47/48).*

O modus operandi das empresas de tecnologia assemelha-se às antigas relações coloniais. São ofertados negócios brilhantes, mas que privam as economias emergentes de um futuro digital autônomo, no qual elas possam governar. Tais empresas usam software, hardware e plataformas importadas, moldando os sistemas de educação digital com financiamento público. Empresas de tecnologia estão condicionando gerações a aprender sua maneira de fazer tecnologia, sem espaço para alternativas.

É alarmante quando Ávila (2020) menciona o círculo de dependência criado a partir da introdução de um único formato de tecnologia produzida pelas gigantes multinacionais. As bases tecnológicas das primeiras gerações nativas no meio digital desenvolvem habilidades a produtos específicos que beneficiam a lucratividade de poucos, e isso barra o desenvolvimento de novas culturas de colaboração. *“Instead of building blocks, the children of today are provided with locked digital black boxes they have to accept as they are”*, assevera Ávila (2020).

Esse processo de colonização digital envolve o poder de influência que as empresas globais possuem ao pautar as políticas governamentais, agendando os seus próprios interesses, enfraquecendo a influência de iniciativas locais, e os negócios que surgem nos países periféricos restringem-se a maximizar os lucros corporativos das gigantes tecnológicas em detrimento dos direitos dos cidadãos. Grandes empresas de tecnologia tem grandes participações em fóruns mundiais que definem os parâmetros comerciais e regulamentações, e usam de seu poder para eliminar barreiras e harmonizar os regulamentos aos seus interesses.

Ávila propõe três questões chave para iniciar um debate crítico e estabelecer a base para um futuro digital digno e soberano:

1. **Educação pública para emancipação digital:** desenvolvimento de ecossistemas de habilidades digitais além da codificação básica. Dar acesso ao conhecimento que pode criar participação na formação da sociedade digital. Crianças deveriam receber ferramentas e serem treinadas em tecnologia neutra para terem mais opções no futuro. Atualmente cidadãos são treinados como meros usuários de softwares predeterminados em vez de serem criadores de suas próprias ferramentas. Uma profunda reforma no sistema de educação é o primeiro passo para produzir maior consciência dos produtos e serviços digitais que consumimos e também do extrativismo de dados e dinâmicas de controle e dominação a que estamos sujeitos. A próxima geração precisa ter o poder de criação digital.
2. **Investimento público em tecnologia para mudar as regras do jogo e descentralizar o poder:** Governos devem recuperar o controle da infraestrutura de IA investindo pesadamente em ciência e tecnologia, priorizando e criando centros de dados regionais para desenvolvedores locais e indústrias locais que forneçam serviços e equipamentos. Além disso, governos devem investir em plataformas descentralizadas de serviços, para oferecer uma experiência mais participativa a trabalhadores e cidadãos. Seria uma reforma na aquisição de tecnologia, a partir de uma estrutura anti-lobby, que regulamente as “doações” de tecnologia, e que apoie grandes projetos nacionais.

**Evento:** Debates sobre Inteligência Artificial (d.I.A.)

3. **Uma era diferente de cooperação digital:** Uma agenda digital global que não olhe apenas para o comércio, mas que considere o desenvolvimento, cooperação e construção de paz. A inovação do setor público deve ser bem financiada e promovida globalmente, sendo incentivado o intercâmbio e cooperação técnica norte-sul. Em vez de transferir milhões todos os anos para novas licenças de software, deve ser promovida a cooperação intergovernamental e transfronteiriça para a criação de softwares livres,

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Companhias tecnológicas foram abaladas por escândalos como a violação de dados da Cambridge Analytica, sua influência nas eleições presidenciais americanas de 2016 e conluio com governos autoritários. Preocupações constantes com seus negócios incluem um declínio nos padrões de trabalho, modelo extrativo de coleta de dados e lucro, a evasão de regulamentações aparatos e tendências monopolistas (MULDOON, 2020).

O paper buscou trazer alguns tópicos subexaminados na economia digital, quais sejam: regimes de precariedade e cidadania insegura; novas formas de trabalho e baixa remuneração; hierarquias globais engendradas por uma nova revolução tecnológica e suas relações neocoloniais que surgiram no rastro.

Além disso, buscou explorar opções de política para aliviar os novos desafios que surgiram na economia digital. Vai além da discussão teórica dos problemas e traz respostas concretas a ativistas, autoridades públicas e formuladores de políticas governamentais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVILA, R. Against Digital Colonialism. In MULDOON, J.; STRONGE, W. (org) Plataforming Equality: Police Challenges for the Digital Economy. Autonomy Research Ltd. 2020 (p. 47-57)

DOORN, N. V. From a Wage to a Wager: Dynamic Pricing in the Gig Economy. In MULDOON, J. STRONGE, W. Plataforming Equality: Police Challenges for the Digital Economy. Autonomy Research Ltd. 2020. (p.9-22)

JONES, P. Rethinking Microwork: the Invisible Labour of the Plataform Economy. In MULDOON, J. STRONGE, Will. Plataforming Equality: Police Challenges for the Digital Economy. Autonomy Research Ltd. 2020. (p. 23-34)

KOSIK, K. Dialética do Concreto. Paz e Terra, 1963. Parte I

SRNICEK, N. Paths Forward for the Study of the Digital Economy. In MULDOON, J. STRONGE, W. Plataforming Equality: Police Challenges for the Digital Economy. Autonomy Research Ltd. 2020 (p. 85-90).

\_\_\_\_\_. Platform capitalism. Cambridge: Polity Press, 2017.